

Público 11-01-2007	Periodicidade:	Diário	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	251 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	75000	Página (s):	1/9

VOOS DA CIA
Emendas ao relatório
do Parlamento Europeu
referem mais de 100
escalas em Portugal

As emendas ao relatório da comissão temporária do Parlamento Europeu (PE) que investiga os voos secretos da CIA fazem referência à lista adicional de voos para Guantánamo que a euro-deputada Ana Gomes apresentou a 18 de Dezembro. 17 das emendas dizem respeito a Portugal. O presidente da CE, Durão Barroso, é nomeado. **P9**



Público	Periodicidade:	Diário	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	251 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	75000	Página (s):	1/9
11-01-2007				

Relatório do Parlamento Europeu sobre voos da CIA vai referir mais de uma centena de escalas em Portugal

Emendas ao documento incluem provas recolhidas por Ana Gomes

MARIA JOSÉ OLIVEIRA

O projecto de relatório da comissão temporária do Parlamento Europeu (PE) que investiga os voos secretos da CIA, que será votado no dia 23 na comissão de inquérito e no dia 15 de Fevereiro no PE, faz referência à lista adicional de voos para Guantánamo que a eurodeputada Ana Gomes apresentou a 18 de Dezembro. Este documento, a que o PÚBLICO teve acesso, possui mais de 450 emendas, 17 das quais dizem respeito a Portugal.

A comissão manifesta a sua “profunda preocupação” por a lista adicional indicar que, além das 91 escalas já apontadas no relatório preliminar, aviões da CIA sobrevoaram o espaço aéreo português 77 vezes e foram feitas 17 escalas de voos com destino ou origem em Guantánamo no aeroporto de Santa Maria e na Base das Lajes. Estas escalas realizaram-se entre 11 de Janeiro de 2002 e 24 de Junho do ano passado.

Na mesma emenda é ainda enfatizada a responsabilidade política e legal que deve ser assumida pelos Governos dos Estados-membros da União Europeia, notando que muitos destes voos que transportavam prisioneiros de e para Guantánamo foram classificados como “voos de Estado” ou “voos militares”, tendo, por isso, sido

LAURENT GILLIERON/AFP



Eurodeputados acusam Durão Barroso de conhecer programa de entregas extraordinárias

autorizados a nível político (Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Defesa).

Sobre as 91 escalas feitas em Portugal o documento refere que alguns destes voos serviram para transportar sete suspeitos de terrorismo e pelo menos três dos aviões tinham como origem ou destino a base de Guantánamo. Nota ainda que o avião que foi referenciado como tendo transportado os suspeitos Maher Arar e Abou Elkassim Britel fez escala em Portugal no voo de regresso da base norte-americana.

A comissão lamenta que o Governo socialista não tenha fornecido as listas de passageiros e tripulações dos aviões suspeitos de pertencem

cerem aos serviços secretos norte-americanos e sublinha que alguns dos nomes incluídos nos documentos que o Governo deu à comissão constam de listas de entregas extraordinárias noutros Estados-membros.

O presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, é nomeado neste documento, tendo os eurodeputados salientado que o Governo PSD-CDS, chefiado por Barroso, tinha total conhecimento da natureza dos voos da CIA e do programa de entregas extraordinárias.

No rol de emendas, a comissão aponta ainda que o Governo português não respondeu a todas as questões colocadas

pelos eurodeputados aquando da missão a Portugal. Lamentam a “atitude não-colaborante” do ministro dos Negócios Estrangeiros, com quem a missão se reuniu a 6 de Dezembro, e frisam não aceitar as críticas feitas por Luís Amado ao relatório preliminar elaborado por Claudio Fava. Nesse documento a comissão do PE referia já a existência de 91 escalas de aviões da CIA em território português e os dois parágrafos dedicados a Portugal provocaram a indignação de Amado, que manifestou o seu desagrado numa carta enviada ao presidente da comissão temporária, o eurodeputado Carlos Coelho. ■

Público 11-01-2007	Periodicidade:	Diário	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	251 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	75000	Página (s):	1/9

PS, PSD E CDS DIZEM, QUE NÃO HÁ “FACTOS” PARA INQUÉRITO

Foi com um “não há” peremptório que o deputado Vera Jardim recusou a existência de “indícios” sobre a eventual passagem de aviões da CIA por território português transportando prisioneiros suspeitos de actos terroristas. “Parece-me estar suficientemente provada a passagem de aviões que noutras ocasiões terão procedido a entregas extraordinárias, quando cá passaram. Mas nunca com o objecto de fazer entregas extraordinárias – o que é manifestamente diferente”, afirmou.

Foi com a reafirmação da “inexistência da factos” que o socialista contestou a proposta de uma comissão parlamentar de inquérito sobre os voos da CIA, ontem defendida pelo PCP. Só o BE e Os Verdes apoiaram a proposta.

Em total concordância com Vera Jardim, José Luís Arnaut, que preside à Comissão de Negócios Estrangeiros, e Hélder Amaral, do CDS, insistiram que a AR “exerceu as suas funções”, com a audição “de todos os envolvidos”. Vera Jardim encerrou o debate afirmando que os “indícios” apontados por Ana Gomes “devem ser investigados pelo Ministério Público”. ■ M.J.O.